STF começa a ouvir testemunhas do Núcleo 2

Os 118 depoimentos ocorrerão por videoconferência

Por Karoline Cavalcante

Lula Marques/ Agência Brasil

Eduardo Bolsonaro está entre as testemunhas arroladas

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), definiu, nesta segunda-feira (30), as datas para a realização dos depoimentos das testemunhas de acusação e defesa no processo envolvendo o Núcleo Dois da tentativa de golpe de Estado.

Entre os dias 14 e 21 de julho de 2025, as audiências serão realizadas por videoconferência, como parte da investigação de seis indivíduos acusados pela Procuradoria-Geral da República (PGR) de coordenar ações para garantir a permanência de Jair Bolsonaro (PL) no poder de maneira ilegítima.

Os réus são o delegado da Polícia Federal Fernando de Sousa Oliveira, o ex-assessor de Assuntos Internacionais da Presidência Filipe Garcia Martins Pereira, o coronel da reserva do Exército e ex-assessor de Bolsonaro Marcelo Costa Câmara, a ex-diretora de Inteligência da Polícia Federal Marília Ferreira de Alencar, o general da reserva Mário Fernandes, e o ex-diretor-geral da Polícia Rodoviária Federal Silvinei Vasques. Eles respondem por orquestrar um plano que envolvia ações concretas para tentar obstruir o voto de eleitores em determinadas regiões do Brasil, além de articular com a Polícia Rodoviária Federal para afetar o processo eleitoral de 2022.

Carlos Bolsonaro

Durante o período das audiências, 118 testemunhas serão ouvidas, algumas indicadas por mais de um réu. Dentre essas testemunhas, figuram nomes de destaque da política e das Forças Armadas, como os deputados federais Marcel Van Hattem (Novo-RS), Eduardo Pazuello (PL-RJ) e Eduardo Bolsonaro (PL-RJ), atualmente licenciado, além dos senadores Eduardo Girão (Novo-CE) e Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e o vereador carioca Carlos Bolsonaro (PL), entre outros. Também estão previstas as audiências de militares. As autoridades com prerrogativa de foro poderão ajustar as datas e horários dos depoimentos conforme necessário.

Conforme o cronograma estabelecido, as testemunhas de acusação serão ouvidas no primeiro dia, a partir das 9h. Na sequência, prestará depoimento o tenente-coronel Mauro Cid, ex-ajudante de ordens de Jair Bolsonaro, que fechou um acordo de colaboração premiada. Após isso, será a vez das testemunhas de defesa iniciarem seus relatos.

Núcleo Um

Além de delator, Cid é réu no caso, incluído no Núcleo Um da denúncia, que a Procuradoria-Geral da República (PGR) considera como o "crucial" da tentativa de golpe. Na decisão de segunda-feira, Moraes também determinou que outros investigados não sejam ouvidos como testemunhas ou informantes.

"A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é firme no sentido da impossibilidade de oitiva de corréu na qualidade de testemunha, ou mesmo de informante", afirmou o ministro.

Na última sexta-feira (27), o relator determinou a intimação das partes para as alegações finais na Ação Penal, etapa final antes do julgamento. A acusação e as defesas terão 15 dias, consecutivos, para apresentar suas últimas manifestações sobre o caso.

O prazo começa com a PGR, seguida pela defesa do colaborador que, portanto, se manifesta antes dos outros réus. Por fim, as defesas restantes terão mais 15 dias para apresentarem suas alegações. Os prazos não serão suspensos durante o recesso judicial, de 2 a 31 de julho, devido à prisão preventiva de um dos réus, o general e ex-ministro Walter Braga Netto — que foi candidato a vice-presidente na chapa derrotada de Bolsonaro em 2022.

Todos os denunciados respondem pelos cinco crimes: tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito, tentativa de golpe de Estado, envolvimento em organização criminosa armada, dano qualificado e deterioração de patrimônio tombado.

Bolsonaro planeja "poder paralelo" no Congresso

Fabio Rodrigues Pozzebom/Agência Brasil

Bolsonaro almeja ampla maioria no Congresso

O ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) quer ter a maioria do Congresso Nacional em 2027 como forma de criar uma espécie de poder paralelo para fazer frente ao STF (Supremo Tribunal Federal). O cálculo leva em conta até mesmo o cenário em que um sucessor no bolsonarismo venceria a disputa pelo Palácio do Planalto.

Desde que deixou a Presidência, Bolsonaro vem discursando sobre a importância de eleger maioria no Senado – que tem a prerrogativa de aprovar o impeachment de ministros do STF. Mais recentemente, movimentos e declarações do ex-presidente têm demonstrado com mais clareza o que significa para ele ter o comando da Casa.

Alguns aliados dizem que Bolsonaro está mais preocupado em ter a maioria por ali do que em eleger o ocupante do Palácio do Planalto. Inelegível, ele já disse abertamente e mais de uma vez que, com a maioria do Congresso, terá mais poderes que a própria Presidência da República.

O ex-presidente também passou a falar com maior frequência em ter a maioria na Câmara dos Deputados. Apesar de a Casa não ter o poder de levar adiante o afastamento de ministros do STF, foi nela que ficou emperrada a votação do projeto de lei da anistia aos presos e condenados nos ataques golpistas do 8 de Janeiro.

Neste domingo (29), Bolsonaro realizou um ato na avenida Paulista, em São Paulo, no qual falou sobre o tema, admitindo abertamente a possibilidade de estar preso durante as eleições ou mesmo morto cenário que passou a tratar desde entrevista à Folha de S.Paulo em que disse que prisão seria o fim da sua vida.

"Mandar mais"

"Se vocês me derem isso [50% da Câmara e do Senado], não interessa onde esteja, aqui ou no além, quem assumir a liderança vai mandar mais que o presidente da República", disse Bolsonaro na Paulista.

"Com essa maioria, nós elegeremos nosso presidente da Câmara. O nosso presidente do Senado. O nosso presidente do Congresso. A maioria das comissões de peso no Senado e na Câmara", afirmou a uma plateia bem inferior à de manifestações anteriores.

"Nós escolheremos não o presidente [da República], o presidente do Banco Central e todo o seu secretariado. Nós seremos os responsáveis pelo destino do Brasil", completou.

Passarão pelo crivo do ex-presidente não apenas os candidatos do PL ao Senado, mas também a negociação da chapa com partidos aliados, como União Brasil-PP e Republicanos.

A preferência será por ao menos um nome do PL em todos os estados da federação. Onde não for possível eleger um bolsonarista raiz, a ordem é compor com um partido aliado.

A prioridade para ter apoio de Bolsonaro será de quem declarar intenção de apoiar ofensivas contra ministros do STF, mais notadamente Alexandre de Moraes. Até mesmo os suplentes desses candidatos estão sendo avaliados pelo ex-presidente.

A avaliação de interlocutores dele é que o tema da eleição no próximo ano será o embate com o Supremo. De acordo com um aliado, as negociações com partidos podem prever apoiar candidatos deles a governador ou vice em troca da escolha de nomes para o Senado.

Integrantes do PL calculam eleger 22 dos 81 senadores, mas acreditam que podem chegar a cerca de 50 com aliados de outras siglas. Nessa jogada, a presidência do Senado seria demanda do partido. Aliados citam o senador Rogério Marinho (PL-RN) como uma possível nome para ocupar o cargo.

Outro entendimento é que, por mais combativo que seja um eventual presidente da direita, seus poderes são limitados dentro da democracia. Bolsonaro considera o histórico da sua própria Presidência, em que muitos dos seus atos foram suspensos pela corte, como quando tentou dar indulto ao então deputado Daniel Silveira.

Há quem diga, portanto, que a principal negociação com um sucessor será no sentido de garantir que o Senado ficará sob o comando indireto de Bolsonaro, tendo carta livre para abrir frentes contra os ministros do STF.

Familiares

É nesse sentido que o ex-presidente quer garantir todos os membros da sua família com uma vaga na Casa. Mesmo entusiastas de uma eventual candidatura de Michelle à Presidência avaliam que Bolsonaro pode preferir tê-la no Senado também por isso.

Mais recentemente, ele tornou pública a intenção de indicar o vereador Carlos Bolsonaro (PL-RJ) para disputar uma das vagas da Casa por Santa Catarina.

Em São Paulo, até segunda ordem, uma das candidaturas é de Eduardo Bolsonaro. O deputado licenciado tem sinalizado a interlocutores, contudo, que não pretende voltar ao Brasil mesmo diante da possibilidade de uma candidatura à distância.

Ele teme ser preso, sobretudo se a mobilização por uma sanção contra Moraes pelo governo de Donald Trump der certo nos Estados Unidos.

Marianna Holanda (Folhapress)

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA

Reprodução/Youtube de Silas Malafaia

Governador evitar usar camisa de cor bolsonarista

Tarcísio de Freitas: camisa azul e fumaça amarela

O fato de Tarcísio de Freitas (Republicanos) ter sido o único governador autorizado a discursar no ato de domingo passado foi visto como uma espécie de emissão de fumaça amarela por parte de Jair Bolsonaro.

Sinal de que o ocupante do Palácio dos Bandeirantes é mesmo a sua opção preferencial para a disputa pelo Planalto em 2026.

O fato é destacado pelo líder do PL na Câmara, Sóstenes Cavalcante (RJ). Ele ressalta que havia outros três governadores presentes, entre eles, o também presidenciável Romeu Zema (Novo-MG).

Sóstenes frisa que, no palanque, Tarcísio voltou a usar camisa azul da seleção com o número 10, o de seu partido. Mas prevê que, em breve, ele envergará a amarela, com o 22 do PL.

Necessidade

A opção pela camisa azul reacendeu a desconfiança de aliados de que ele insiste na imagem de um bolsonarismo menos radical — ontem, sequer criticou o STF. Mas Bolsonaro precisa de um aliado capaz de vencer em 2026 que, desde já, aceite assinar seu indulto.

Vapt-vupt

Sóstenes aposta que a anistia ao pessoal do 8 de Janeiro será apresentada logo pelo presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos). A exemplo do projeto do IOF, terá tramitação vapt-vupt, articulada com Davi Alcolumbre (União-AP), presidente do Senado.

Bruno Peres/Agência Brasil

Alexandre de Moraes foi designado relator do caso

IOF: advogados apostam em saída negociada via STF

No meio jurídico, muita gente aposta que o Supremo Tribunal Federal vai tentar uma solução negociada para o impasse em torno do IOF.

Designado relator da ação do Psol que tenta barrar a decisão do Congresso que derrubou o aumento do imposto, o ministro Alexandre de Moraes imitaria o gesto do colega Flávio Dino em relação às emendas parlamentares.

Para o tributarista Bruno Toledo Checchia, o caso não é simples: o que está em jogo é o direito do governo de alterar alíquotas de um imposto tido como regulatório e não arrecadatório. Ou seja, para a oposição, o IOF só poderia ser alterado para corrigir distorções pontuais.

Doutrina

O governo alega que pode mexer livremente na alíquota; para o Congresso, isso não poderia ser feito apenas para gerar caixa. Segundo Checchia, sócio do Bichara Advogados, essa diferenciação do tipo de imposto não é constitucional, mas doutrinária — daí, as dúvidas.

Bola dividida

O tributarista ressalta não se lembrar de alguma vez em que o STF tenha barrado um aumento de imposto com a alegação de que a mudança infringira seu caráter regulatório, ou extra-fiscal. Isso, em tese, favorece a tese do governo, mas não elimina a bola divida.

Irritação

A insatisfação do norte-americano John Textor, dono do futebol do Botafogo, com o agora ex-técnico Renato Paiva é anterior ao jogo contra o Palmeiras. Antes da partida contra o Atlético de Madrid, o empresário reclamou do português, o chamou de "covarde".

Crítica

A derrota para o Palmeiras entornou o caldo. Com a eliminação, o Botafogo deixou de faturar R$ 72 milhões. Também pesou o fato de, na coletiva depois do jogo, Paiva ter elogiado as contratações, pelo rival de Paulinho e Vitor Roque — isso soou como crítica a Textor.